

**ANTÓNIO PEDRO PINTO DE MESQUITA CARVALHO
MAGALHÃES**
Legislaturas: IV, V.



Data de nascimento

- 1899-11-22.

Localidade

- Lordelo do Douro / Porto.

Data da morte

- 1994-03-23.

Habilitações literárias

- Frequentou o Curso de Matemática na Universidade de Coimbra, mas transferiu-se para Direito;
- Licenciatura em Direito pela Universidade de Coimbra (1922).

Profissão

- Advogado;
- Gestor.

Carreira profissional

- Inicia a advocacia, no Porto (1922);
- Presidente do Conselho de Administração da Hidroeléctrica do Cavado (1947).

Carreira político-administrativa

- Chefe de Gabinete do Ministro da Justiça e dos Cultos, Lopes da Fonseca (1929);
- Vice-presidente da Comissão Distrital do Porto da União Nacional (início da década de 1930);
- Delegado do Governo junto do Grémio de Exportadores de Vinhos do Porto (1933-1935);
- Apresenta uma comunicação no I Congresso da União Nacional (1934);
- Vereador da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto (1935-1936);
- Presidente da Comissão de Superintendência da Bolsa de Mercadorias do Porto (1934-1941);
- Juiz substituto do Tribunal da Tutoria Central do Porto;
- Presidente da Filial do Porto da Associação do Patronato das Prisões;
- Vereador da Câmara Municipal do Porto (1942-1945 e 1955-1959);
- Subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros (1946-1947);
- Deputado à Assembleia Nacional (I Legislatura);
- Procurador à Câmara Corporativa por designação do Conselho Corporativo (V Legislatura); na Legislatura anterior, substituiu Fernando Andrade Pires de Lima, que representava a associações venatórias.

Carreira parlamentar

Legislaturas	Secções
IV	21. ^a – Justiça.
V	Conselho da Presidência; 14. ^a – Actividades comerciais não diferenciadas (<i>Assessor</i>); 21. ^a – Justiça.

Pareceres subscritos/relatados [Total: 14]

IV Legislatura (1945-1949) [2]

- 29/IV – Questões conexas com o problema da habitação (*Relator*).
- 38/IV – Abandono de família.

V Legislatura (1949-1953) [12]

- 7/V – Alterações ao regime do inquilinato.
- 8/V – Organização dos Serviços de Registo e do Notariado (*Relator*).
- 12/V – Revisão da Constituição Política.
- 13/V – Processo de liquidação de sisa devida nos casos de partilhas judiciais, quando haja lugar ao pagamento de tornas.
- 16/V – Projecto de lei de aditamento dum artigo à Constituição Política, sobre a defesa da língua.

- 17/V – Projecto de lei de um aditamento ao artigo 109.º da Constituição, sobre a ratificação de decretos-leis (*Relator*).
- 26/V – Emparcelamento da propriedade rústica.
- 29/V – Atribuição de responsabilidades em casos de alcance de valores públicos.
- 40/V – Expropriações por utilidade pública (*Relator*).
- 41/V – Nova redacção do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 38 906, de defesa do património artístico.
- 43/V – Propriedade intelectual.
- 45/V – Colonização de zonas beneficiadas pelas obras de fomento hidroagrícola.